

O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS NA ESCOLA PÚBLICA

Carlos Antonio Fontenele Mourão¹
Jurandir Ferreira Dias Júnior²
Leane Pereira Cordeiro³

RESUMO

A experiência vivida como tutor do Bacharelado em Letras-Libras, atuando no polo da Universidade Federal de Pernambuco, dentro do amplo e pioneiro projeto desse curso, idealizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, representa o rico laboratório onde nossas pesquisas tomaram corpo, entre os anos de 2011 e 2012, sobretudo no acompanhamento da disciplina de Estágio Supervisionado de Tradução e Interpretação, o que nos permitiu o contato com a prática dos alunos como intérpretes de língua de sinais, dentro do ambiente mais comumente procurado por eles para o cumprimento das exigências da disciplina: a escola, a sala de aula, revelou-nos a partir da ótica desses profissionais, e dos alunos surdos, um tortuoso caminho de desencontros pedagógicos, precariedades nas condições de trabalho, incompreensão e desconhecimento dos requisitos necessários à interpretação de qualidade. Pelo estudo dos relatórios de estágio, pelo acompanhamento in loco, pela análise de filmagens produzidas pelos alunos, montamos uma visão panorâmica do retrato fiel da atuação do Intérprete de Língua de Sinais, abrangendo os Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, agregando aos dados que tínhamos em mãos a comparação com o que as leis e políticas educacionais prescrevem sobre o assunto. Construímos com isso um trabalho científico de denúncia e reparação das práticas viciosas em que o sistema educacional envolve uma figura insurgente na escola brasileira: o Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais (TILS).

Palavras-chave: Libras, intérprete, escola

¹ Professor de Língua Brasileira de Sinais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ligado ao Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicação (CAC); é familiar de surdo, trabalhou durante sete anos como professor de língua portuguesa no Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES) e atualmente é tutor do Bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), polo UFPE.

² Professor de Língua Brasileira de Sinais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também ligado ao Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicação (CAC); é intérprete de Libras com certificação pelo ProLibras e coordenador da pastoral dos surdos em Pernambuco. Em 2011 atuou como tutor do Bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), polo UFPE.

³ Tutora do Bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, Pólo UFPE; Graduada em Letras-Libras também pela UFSC, é surda e atua como professora de Libras em Pernambuco na Escola Estadual Almirante Soares Dutra, localizada em Recife-PE.

1. INTRODUÇÃO

Um trabalho científico, muitas vezes, revela de modo peculiar seu ponto de partida: uma inspiração, um olhar desacostumado dentro da rotina ou uma mudança externa no panorama temático que se pretende abordar podem servir de guia a sérios trabalhos de pesquisa. Em nosso caso, um conjunto de fatores nos reuniu dentro de uma circunstância ímpar: éramos professores responsáveis pela disciplina de Introdução à Libras atuando em Recife, ao mesmo tempo em que estávamos ligados, como tutores, ao Curso de Bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mais especificamente, na condução da disciplina de Estágio Supervisionado, no 7º período do curso. A proposta da disciplina estava sob a responsabilidade de seus elaboradores – Uéslei Paterno e Ronice Müller de Quadros – e cuja tarefa principal delegada aos vinte e dois cursistas do polo UFPE consistia na elaboração de um relatório de estágio, que por sua vez revelaria a trajetória de participação dos alunos em atividades que envolvessem atos de interpretação em Libras em instituições previamente acordadas como campos de estágio. As escolhas desses campos de estágio variaram entre três ambientes: templos religiosos, clínicas de fonoaudiologia e escolas.

O ambiente escolar representou massivamente a preferência dos alunos. Apenas dois grupos se diferenciaram nessa escolha, enquanto os demais todos optaram por realizar seu estágio dentro de instituições educacionais. Desse modo, é que também escolhemos o foco de nossa pesquisa, pela vinculação natural que ela tem com o produto dessa disciplina.

Nosso trabalho como tutor, além de estar a disposição dos estagiários em todas as dúvidas deles e na coordenação dos encontros presenciais no polo, consistia em fazermos, pelo menos, duas visitas a cada grupo nos locais de realização do estágio, acompanhando assim os trabalhos propostos. Mas a experiência fascinante que vivemos foi além do mero cumprimento de obrigações. Logo nos demos conta de que estávamos diante de uma circunstância educacional vexatória para o país: constatamos que a figura do intérprete de língua de sinais surgia por força de lei no cotidiano escolar, de modo quase abortivo. Em nossas primeiras visitas percebemos que as funções do intérprete de Libras não eram compreendidas em suas necessidades e não tinham uma definição clara, ficando a mercê da rotina empírica vivida pela escola. Dessa observação, passamos à materialização de nossas hipóteses aqui elencadas: a) O tradutor-intérprete de Língua de Sinais (TILS), no

ambiente escolar público, sofre uma indefinição de funções; b) A falta de status profissional o exclui ou o subverte da participação que lhe cabe no processo educativo e c) Alunos surdos passam, dentro da escola, a compor um grupo discriminado, entre outros fatores, pelos enganos pedagógicos e administrativos da escola em relação à figura do intérprete.

A verificação dessas hipóteses tem abordagem inicial em nossas anotações e entrevistas colhidas por ocasião das visitas de estágio nas seis escolas que acompanhamos⁴. Observações estas, validadas pelo que registram os relatórios de estágio produzidos pelos cursistas do Bacharelado em Letras-Libras. Quando então cruzamos as informações que tínhamos em mãos, com a legislação especializada⁵ sobre o assunto, é de chamar atenção que em escolas públicas muito diferentes, localizadas em diferentes Estados da Federação, haja tanta coincidência na imperfeição de conduta em relação à inserção do profissional tradutor-intérprete de língua de sinais no campo de trabalho educacional. Alguns desses pontos comuns são: o TILS não participa do planejamento das aulas, também não há, a grosso modo, uma preocupação por parte do grupo gestor ou mesmo dos professores, de passar a esse profissional informações prévias quanto ao assunto e dinâmica das aulas. A inobservância da necessidade de rodízio no processo interpretativo é outro ponto comum em nossa pesquisa, como também a completa inexistência da figura do intérprete-apoio no ambiente profissional pesquisado.

Em resumo, o quadro que se descortina diante desse trabalho é uma amostra representativa da insatisfação geral vivida por parte dos profissionais intérpretes, alunos e gestores que fazem a escola pública nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas; e falamos “gestores” porque é revelador o que encontramos como traço comum dessa categoria no ambiente pesquisado: o despreparo para lidar com a nova tarefa, o desconhecimento sobre o assunto, como também, de um modo geral, não conhecem Libras e a visão que retratam em seus discursos sobre o estudante surdo ou sobre o intérprete não passa da superficialidade comum, própria, de quem nunca estudou ou vivenciou profundamente esse tema, embora, mesmo assim, lhe pertençam as decisões e os rumos pedagógicos que a educação de surdos toma na prática, no rotineiro dia a dia das escolas.

⁴ A pesquisa compõe um total de seis escolas públicas pesquisadas, sendo duas em João Pessoa, uma em Maceió, duas em Recife e uma em Limoeiro, agreste pernambucano.

⁵ Destacam-se aqui: O Decreto 5.626/2005; Lei 12.319/2010 e Lei 10.098/2000

2. METODOLOGIA

São três os instrumentos principais de nossa pesquisa: Os relatórios finais produzidos pelos alunos do Bacharelado em Letras-Libras da UFSC, no Pólo UFPE; As filmagens registradas pelos alunos durante o processo de estágio e as visitas e entrevistas realizadas como tutores no acompanhamento do estágio. Sobre esse conjunto de materiais nos debruçamos entre os anos de 2011 e 2012 em busca de compormos um painel que representasse uma visão ampla e aprofundada da realidade comumente encontrada pelos intérpretes no contexto escolar de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Assim foi realizado o fichamento de todos os relatórios produzidos, em busca de dificuldades, semelhanças, diferenças e soluções vividas pelo profissional intérprete no contexto estudado. Após essa primeira fase, buscamos na análise das filmagens a comprovação e/ou incoerência com aquilo que apontam os relatórios. No terceiro passo comparamos os resultados dos dois processos anteriores às nossas observações e entrevistas colhidas in loco, quando do acompanhamento do estágio como tutores. Dessa filtragem de informações, é que retomamos nossas hipóteses iniciais para traçarmos o estudo de nossas descobertas.

Havendo, porém, a necessidade de embasamento teórico que nos dê respaldo científico, nossa pesquisa percorreu, desde leituras jurídicas anteriormente mencionadas, passando por recentes trabalhos acadêmicos surgidos da iniciativa pioneira do Curso de Letras-Libras da UFSC, até a leitura dos autores mais respeitados quanto ao tema dos estudos da tradução, entre os quais destacamos: George Steiner, Rimar Segala e Ronice Müller de Quadros, com quem escolhemos ilustrar o levantamento da situação do TILS no Brasil, como forma de ambientar nosso objeto de estudo

Em vários países há tradutores e intérpretes de língua de sinais. A história da constituição deste profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania. A participação de surdos nas discussões sociais representou e representa a chave para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais. Outro elemento fundamental neste processo é o reconhecimento da língua de sinais em cada país. À medida em que a língua de sinais do país passou a ser reconhecida enquanto língua de fato, os surdos passaram a ter garantias de acesso a ela enquanto direito linguístico. (QUADROS, 2005, p.13).

A situação específica da atuação de intérpretes de língua de sinais no contexto da educação nacional não foge à regra dos fatos ocorridos em outros países, levando-nos a

constatar que a expansão da Libras, as conquistas dos movimentos surdos e da profissão de intérprete vivem em constante simbiose. Foi assim que o reconhecimento da Libras como língua oficial do país, ao lado da língua portuguesa, em 2002, abre aos intérpretes uma imensurável demanda de trabalho, reforçada pelo Decreto 5.626 de 2005, contribuindo significativamente para o reconhecimento da profissão de TILS em 2010, pela Lei 12.319, ainda que esta tenha ocorrido, não obstante sua importância, com o veto de artigos importantes, entre os quais o artigo 9º, onde se lê: “*Ficam convalidados todos os efeitos jurídicos da regulamentação profissional disciplinados pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*”. O veto ao que preceitua este artigo, contraditoriamente, quebra essa ligação natural existente entre a expansão da Libras e da profissão de intérprete, pois além deste, foram também vetados os artigos 3º e 8º, o que resultou em um problema para a profissão: passa a não existir a exigência de formação superior em Curso específico de tradução e interpretação, conforme queria o artigo 3º; e a profissão não ganha o direito de ser regulamentada por conselhos federais e regionais próprios, como se descreve no artigo 8º. Assim é que a jovem profissão de tradutor e intérprete de língua de sinais no Brasil surge em um terreno movediço, que caminha ao sabor das intempéries, ajustes e acomodações, ainda muito distante de uma solidificação e de uma clareza de conduta profissional. É com essa realidade que nos deparamos no contexto escolar abordado.

3. RESULTADOS

Julgamos como um primeiro ponto a ser tocado, a necessidade de uma abordagem sobre o intérprete educacional, ou seja, o tradutor-intérprete que atua no ambiente escolar. Pelos relatos de 100% dos estagiários, entende-se que o papel de atuação do intérprete em sala de aula, por exemplo, revela pontos distintos da postura que o intérprete deve assumir diante de uma palestra ou de um culto religioso. O tempo de convívio com o público-alvo da interpretação em um e outro contexto, é apontado como o fator principal de diferenciação. “*Em uma palestra não temos vínculo com o público, enquanto com os alunos surdos, que vemos todos os dias, há uma necessidade de interação constante durante a interpretação.*” Afirma P.L.⁶, que realizou seu estágio em escola pública na cidade de Maceió.

⁶ Ocultam-se aqui os nomes dos estagiários, por entendermos que eles são parte fundamental de nosso objeto de estudo e, como postura ética adotada em trabalhos científicos, resolvemos fazer o mesmo.

Outra constatação a que chegamos diz respeito à parceria entre professor e intérprete no planejamento das aulas. Quanto a isso, são raras as vezes em que ocorrem, o que fica à revelia do professor na maioria dos casos. O conhecimento prévio sobre o assunto a ser interpretado é uma exigência clássica de qualquer processo de tradução e interpretação, pois traduzir é também transitar entre culturas e, no caso da tradução em Libras, há questões bem peculiares que devem ser levadas em consideração e que requerem essa organização prévia, conforme nos explicam Padilla e Martin (1992), *apud* Pagura (2003):

[...] para o intérprete (de LS), o processo de compreensão é muito mais complicado. Ele não tem tempo de usar dicionários ou consultar um especialista. A única maneira em que o intérprete pode afetar o processo de compreensão é tomando atitudes previamente, antes que a mensagem seja realmente comunicada, por intermédio da preparação exaustiva, tanto lexical como conceitual, a respeito do assunto envolvido.

Além do descumprimento dessa exigência fundamental à profissão, outro fator que nos chamou atenção foram as condições de trabalho desses profissionais; primeiro pela carga-horária exaustiva de trabalho, sem contarem com a prática de rodízio indicado a cada 20 minutos de interpretação, a fim de se manter a qualidade; e segundo porque em todas as escolas pesquisadas, nenhum desses profissionais era funcionário efetivo, trabalhavam todos em regime de contrato temporário ou terceirizados por alguma prestadora de serviço, e até a realização dessa pesquisa, as secretarias municipais de educação dos respectivos municípios não haviam feito nenhum concurso público no sentido de efetivá-los. Daí é que percebemos a necessidade urgente de uma regulamentação da profissão, o que nos indica, portanto, ter sido lamentável o veto ao artigo 8º da lei 12.319.

Uma inovação trazida por ocasião da disciplina de estágio foi a atuação do intérprete-apoio no ambiente. Foi uma inovação, principalmente, para as instituições que receberam os bacharelados, pois nenhuma delas adotava, ou sequer tinha conhecimento de tal prática. Essa nova faceta do profissional TILS tem por objetivo dar subsídio e segurança para o intérprete no momento de atuação. Com uma conduta sutil e discreta, esse trabalho mostrou-se extremamente importante em determinadas situações, mais até do que em outras, por exemplo: nas aulas de língua inglesa, onde o intérprete-apoio ao informar por datilologia a palavra ou frase dita ou escrita pelo professor, mantinha o TILS em contato visual com os alunos surdos, sem que houvesse a necessidade de se virar para o quadro ou de interromper a interpretação para consultar o professor. Mas essa situação, em alguns casos, não foi bem absorvida pelos estagiários; como eles não tinham o costume

de atuarem com essa ferramenta, foi difícil se desfazer de alguns vícios para dispor do intérprete-apoio. Ocorreu também de alguns estagiários não se sentirem bem nesse papel, entendendo que era meio inútil e inviável a figura do intérprete-apoio.

Pesquisar sobre a atuação do intérprete de língua de sinais na escola pública foi o principal objetivo desse estudo e uma importante discussão que observamos ser levantada nesse contexto, é acerca da confusão de papéis entre professor e intérprete. Na prática que acompanhamos, em todas as escolas pesquisadas, vimos ocorrer a transferência de responsabilidade sobre os alunos surdos para o intérprete: *“A professora simplesmente me deixou com o grupo de alunos surdos e disse que eu fizesse essas contas com eles”* esclarece o estagiário M., que atuou em uma escola pública estadual de Limoeiro-PE. O estudante afirma ainda que algumas vezes, nas aulas de matemática, é comum ele deixar de interpretar e ir para o quadro na tentativa de ajudar os alunos, saindo de suas obrigações de intérprete e exercendo o papel de um professor bilingue.

De um modo geral, percebemos claramente que as escolas estudadas estão despreparadas, tanto para receberem os profissionais intérpretes, como os alunos surdos. Ainda assim, uma luz no fim do túnel surgiu quando visitamos uma escola pública estadual de Maceió, onde o número de alunos surdos é praticamente igual ao número de alunos ouvintes. Esse fato fez nascer naturalmente uma convivência bilingue entre as crianças e adolescentes que lá estudavam: pessoas ouvintes passavam a se interessar e aprender Libras pelo convívio com os colegas nessa situação. Já em outras escolas pesquisadas, onde o número de alunos surdos por sala era bem inferior ao número de ouvintes, aquele grupo tinha um comportamento restrito de gueto, como forma de melhor sobreviverem, culturalmente falando. Fica nesse ponto uma provocação para que repensemos nossa ideia de escola inclusiva no país.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

PAGURA, Reynaldo. **A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores** In: DELTA vol.19 no.spe São Paulo 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502003000300013>. Acesso em 20/06/2012.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, SEESP, 2005.